



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2017

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE CONJUNTO DE PROJETOS EXECUTIVOS, ESPECIFICAÇÕES, ORÇAMENTO ANALÍTICO E SINTÉTICO E CRONOGRAMA PARA A REFORMA DO COMPLEXO PREDIAL DESTES TRIBUNAL, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Presidente, Exmo. Sr. Desembargador Federal André Fontes**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, Fax: (____) _____, *e-mail*: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2017/00321, em consequência da Concorrência nº 001/2017, fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, nos Decretos nº 8.538/15 e nº 7.983/13 e na Resolução nº 114/10-CNJ, homologada em __/__/2017, através do despacho nº TRF2-DES-2017/____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços técnico-profissionais especializados para elaboração e fornecimento de conjunto de projetos executivos, especificações, orçamento analítico e sintético e cronograma para a reforma do complexo predial deste Tribunal*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e da Portaria nº TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017, deste Tribunal mediante as seguintes cláusulas e condições:



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a contratação de empresa para prestação de serviços técnico-profissionais especializados para elaboração e fornecimento de conjunto de projetos executivos, especificações, orçamento analítico e sintético e cronograma para a reforma do complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sito na Rua Acre nº 80, Centro, Rio de Janeiro, mediante regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas no Edital da Concorrência nº 001/2017 e seus Anexos de I a XXII, e na forma estabelecida no presente Contrato e de **seus Anexos I, II e III**.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 – DOS PROJETOS ARQUITETÔNICOS:

2.1.1 - O projeto será elaborado pela Contratada e submetido à análise da Secretaria de Infraestrutura e Logística/ Núcleo de Projetos, Orçamento e Fiscalização de Obras – NUPRO, conforme as seguintes etapas:

2.1.1.1 - 1ª Etapa – Estudos Preliminares:

a) Estudo dos condicionantes legais vigentes.

Apresentação de todas as normas nacionais, regionais e locais que terão impacto sobre o projeto.

b) Estudo da legislação das concessionárias públicas locais.

Apresentação das exigências legais que terão impacto no projeto. Deverá ser verificada também a legislação sobre o caso específico da marquise existente.

c) Relatório sobre os materiais a serem utilizados na obra, com custos comparativos e benefícios.

Memorial explicativo contendo a descrição e a consolidação das informações do estudo preliminar.

d) Relatório técnico para análise de viabilidade sobre o empreendimento.

Memorial explicativo contendo a descrição e a consolidação das informações do estudo preliminar, incluindo a viabilidade técnico-econômica da adoção de estratégias de sustentabilidade ambiental aplicada à edificação e a relação mais adequada entre custos, benefícios, durabilidade e padrão desejado.

e) Laudo Técnico de Acessibilidade.

Deverá definir e descrever as adequações necessárias para a acessibilidade considerando as condições físicas existentes nos espaços objeto deste termo de referência que deverão ser levantadas, registradas e medidas *in loco*.



2.1.1.2 - 2ª Etapa – Projeto Básico:

- a) Projeto de arquitetura finalizado;
- b) Projetos complementares finalizados;
- c) Maquete eletrônica preliminar;
- d) Especificações técnicas e caderno de encargos em nível de projeto básico;
- e) Orçamentos sintético e analítico em nível de projeto básico;
- f) Memorial de cálculo dos projetos de climatização, hidro-sanitários , combate a incêndio e elétrico

2.1.1.3 - 3ª Etapa – Projeto Executivo:

- a) Detalhamento de arquitetura e projetos complementares;
- b) Orçamento sintético e analítico em nível de projeto executivo;
- c) Especificações técnicas e caderno de encargos em nível de projeto executivo;
- d) Maquete eletrônica final;
- e) Cronograma físico - financeiro

2.1.1.4 - 4ª Etapa – Entrega de Documentação:

- a) Entrega de documentação: ARTs ou RRTs de todos os projetos (arquitetura e complementares); ARTs ou RRTs da planilha orçamentária, caderno de encargos e especificações técnicas.

2.1.1.5 - Deverão ser levadas em consideração as seguintes orientações:

a) Projeto Básico:

a.1) O Projeto Básico de arquitetura deverá ser elaborado em conformidade com os desenhos e layouts fornecidos pelo Contratante. Quando necessário, a Contratada deverá efetuar levantamentos no local. Incluir previsão de tratamento arquitetônico de parte da fachada (sobre a marquise do complexo predial) para ocultar a visão das grades instaladas nos vãos de ventilação com base no estudo proposto pelo Contratante;

a.2) O Projeto Básico deverá apresentar todos os elementos necessários para a execução da obra, contemplando, quando necessário, as interfaces dos sistemas prediais e seus componentes;

a.3) Deverá ser elaborado segundo as normas brasileiras vigentes de desenho técnico (plantas baixas, cortes, fachadas etc.). Os desenhos deverão mostrar também especificação dos materiais de cada compartimento (piso, teto e paredes, etc.);

a.4) Os projetos de arquitetura deverão contemplar os aspectos de acessibilidade conforme a legislação vigente.

b) Projeto Executivo:

b.1) O Projeto Executivo deverá complementar o Projeto Básico, ser quaisquer alterações, apresentando o detalhamento de arquitetura e dos projetos complementares, quando necessário. Por exemplo (arquitetura): paginações de pisos e forros, esquadrias, e outros;



b.2) O Projeto Executivo completo (Projeto Básico + Detalhamento) deverá reunir toda a documentação técnica necessária para a realização de futura licitação para contratação da execução da reforma do edifício sede do TRF 2ª Região. Deverá contemplar todas as exigências legais referentes a licitações de obras públicas.

2.2 - DOS PROJETOS COMPLEMENTARES:

Todos os projetos complementares deverão contemplar 4 etapas: Anteprojeto; Projeto Básico; Projeto Executivo e Entrega de Documentação.

2.2.1 - Projetos de Instalações Elétricas:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.1 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.2 - Projeto de Detecção e Alarme contra Incêndios (SDAI):

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.2 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.3 - Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio - Chuveiros automáticos:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.3 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.4 - Projetos de Instalações Hidráulicas - água potável (fria):

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.4 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.5 - Projeto de Esgoto Sanitário e Águas Pluviais:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.5 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.6 - Projeto de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA):

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.6 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.7 - Projetos de Automação Predial:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.7 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.8 - Projeto de Cabeamento estruturado para Sistema Telefônico, Rede Lógica e CFTV:



Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.8 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.9 - Projeto de Sistema de Condicionamento de Ar, Ventilação e Exaustão Mecânica:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.9 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.10 - Impermeabilização das Áreas Molhadas:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.10 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.11 - Projeto de Sonorização:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.11 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.12 - Projeto do Sistema de CATV:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.12 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.13 - Projeto de Sinalização Visual:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.13 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.2.14 - Projetos de Adequação de Acessibilidade:

Descritos detalhadamente no ITEM 2.2.14 constante do Termo de Referência do Edital da Concorrência nº 001/2017.

2.3 - DA COORDENAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR:

2.3.1 - A coordenação de todos os projetos, garantindo-se sua perfeita compatibilidade e soluções adequadas, deverá ser empreendida pela CONTRATADA devendo ser designado um arquiteto sênior com experiência em projetos arquitetônicos e em coordenação de projetos, de todas as especialidades envolvidas com experiência em projetos, no mínimo, de complexidade equivalente ao deste Contrato.

2.3.2 - O referido profissional ficará encarregado da coordenação geral desde início dos trabalhos de elaboração dos projetos e deverá possuir pleno conhecimento de todos os projetos a serem desenvolvidos, para:

2.3.2.1 - dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos à fiscalização;



2.3.1.2 - responsabilizar-se, durante todas as fases de elaboração dos projetos, pela compatibilização de todos os projetos;

2.3.1.3 - garantir o cumprimento dos prazos estipulados no cronograma físico-financeiro;

2.3.1.4 - representar a Contratada junto ao Contratante nas reuniões e se responsabilizar por todas as tratativas com os representantes do Contratante para esclarecimento de dúvidas, obtenção de informações e definições dos projetos, cabendo programar e coordenar reuniões entre os diversos profissionais da equipe que elaborará os projetos, a fim de garantir que o produto final tenha características de construtibilidade.

2.4 - DA MAQUETE ELETRÔNICA:

2.4.1 - Elaboração de maquete eletrônica que consiste na criação de imagens tridimensionais para se obter uma representação espacial das áreas internas (halls, gabinetes dos Desembargadores e Juízes) e áreas externas da edificação quando couber.

2.5 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CADERNO DE ENCARGOS:

2.5.1 - Compreenderão todos os elementos necessários à perfeita compreensão das características técnicas dos materiais a serem empregados e formas de execução dos serviços. Deverão ser ainda consideradas todas as disposições legais vigentes referentes a segurança e organização da futura obra, tais como: instalações provisórias, andaimes, escoramentos, transporte de materiais, EPIs etc.;

2.5.2 - As especificações de todos os projetos elaborados serão consolidadas em um único volume compreendendo a descrição de materiais e serviços, normas aplicáveis e prazos de execução;

2.5.3 - Não poderá ser indicado, para efeito das especificações e projetos, qualquer material através do nome ou código de um fabricante, mas apenas por suas características técnicas que definam precisamente o resultado pretendido. Serão aceitas, adicionalmente, indicações de fabricantes ou modelos de referência conforme o seguinte padrão: marca(s) de referência: nome do(s) fabricante(s), modelo número e/ou descrição segundo o(s) fabricante(s).

2.5.4 - Os materiais e equipamentos especificados deverão ser de primeira qualidade e facilmente encontrados no mercado, com preferência para materiais de origem local.

2.6 - ORÇAMENTO ANALÍTICO E SINTÉTICO:

2.6.1 - Planilha orçamentária abrangendo todos os elementos componentes do projetos arquitetônico e complementares. Deverá incluir tabela básica de pagamentos par todas as etapas da obra.

2.6.1.1 - Orçamento analítico:



a) Deverão ser empregados preços unitários publicados por empresas ou entidades idôneas e referenciadas ao Estado do Rio de Janeiro. Sempre que houver disponibilidade de composições do sistema SINAPI, estas deverão ser empregadas para efeito de orçamento;

b) Na falta de preços unitários, deverão ser apresentadas as composições empregadas bem como os preços dos insumos básicos pesquisados no mercado local para o mesmo período das demais referências empregadas;

c) As referências, em ordem de prioridade, da maior para a menor, para as fontes de preços a serem utilizados deverão ser: SINAPI, SCO, EMOP, PINI, outras;

d) Todas as referências utilizadas para a obtenção dos preços unitários deverão ser informadas por escrito, com indicação do fornecedor, telefone e pessoa de contato;

e) Não será admitido o uso de verbas ou a apresentação de preços de materiais e mão-de-obra em separado para efeito de orçamento;

f) Os levantamentos de quantidades de serviços e materiais deverão ser apresentados através de memória de cálculo;

g) O orçamento será organizado segundo as etapas de execução da obra, conforme modelo da ABNT;

h) O orçamento deverá prever um item relativo à recuperação estrutural de vigas e lajes durante a etapa de execução das obras.

2.6.2 - Tabela básica de pagamentos:

2.6.2.1 - Na medida em que as obras deverão ser contratadas sob o regime de empreitada por preço unitário, com pagamento por eventos finalizados ou percentuais finalizados nos períodos de medições mensais, deverá ser elaborada tabela básica de pagamentos a ser utilizada como referência para todas as etapas da obra;

2.6.2.2 - Cada evento deverá corresponder a uma etapa de serviços independente e compatível com a periodicidade mensal das medições e, conseqüentemente, seu pagamento. O peso de cada evento será indicado através de percentuais, representados com duas casas decimais, a serem aplicados sobre o preço global vencedor, de forma a se obter os valores correspondentes. O cálculo dos percentuais deverá ser realizado a partir do desdobramento e agrupamentos das quantidades expressas no orçamento analítico, cálculo esse a ser apresentado através de memória de cálculo detalhada.

2.7 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

2.7.1 - Compreenderá o resultado de planejamento preliminar detalhado da execução das obras, através de ferramenta PERT/CPM, fornecendo como resultado principais o prazo global de execução e a previsão de desembolso financeiro, a ser utilizada como subsídio ao planejamento orçamentário;

2.7.2 - Deverão ser apresentados os cronogramas GERAL e PARCIAIS (por setores/por pavimentos) que justifiquem o cronograma global e permitam o melhor acompanhamento do desenvolvimento dos serviços;



2.7.3 - Deverão ser fornecidos também: curva S (previsto x realizado), histograma de mão de obra e curva ABC geral.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

3.1.1 - O complexo predial do Tribunal Regional Federal da 2ª Região possui área construída de 49.255,64 m², sendo que a área a ser reformada será de 20.672,52 m², em 18 pavimentos. Para efeito da adequação de acessibilidade, a área a ser considerada é de 28.583,12 m², uma vez que os projetos de arquitetura relativos à área a ser reformada (20.672,52 m²) já deverão contemplar os aspectos legais de acessibilidade.

3.1.2 - Os serviços objetos desta contratação contemplarão as seguintes atividades, entre outras:

3.1.2.1 - Projeto de arquitetura e complementares – Elaboração do projeto executivo com base nos levantamentos efetuados no local pela Contratada e nos desenhos de layout elaborados pelo corpo técnico do Contratante: do térreo ao 10º pavimento, do 11º ao 14º, do 19º ao 22º e fachada do térreo;

3.1.2.2 - Compatibilização entre projetos – Todos os projetos fornecidos pelo Contratante deverão ser compatibilizados entre si, assim como todos os projetos resultantes do desenvolvimento dos layouts dos demais pavimentos.

3.1.3 - A contratação deverá ser feita num único objeto, contendo todos os itens de projeto.

3.1.4 - Os projetos deverão seguir o disposto nos Anexos III (etapas para elaboração do projeto executivo) e Anexo XIII (orientações para desenvolvimento do projeto em BIM) do Edital da Concorrência nº 001/2017.

3.1.5 - A Contratada deverá levar em conta na execução dos serviços que as obras serão executadas com o complexo predial em pleno funcionamento.

3.1.5.1 - O cronograma e o orçamento para execução das obras deverão ter por base o que consta do Anexo XV do Edital da Concorrência nº 001/2017, logística relativa à liberação dos andares, de forma que não haja interrupção de fornecimento de água potável nem de climatização dos espaços.

3.1.6 - Alguns serviços poderão ser realizados somente fora do horário normal de expediente (à noite e finais de semana).

3.1.7 - A Contratada se obriga a prestar quaisquer esclarecimentos durante execução das obras previstas no projeto executivo, bem como corrigir, sem ônus para Contratante, todas as imperfeições ou erros que estes venham a apresentar.

3.1.8 - Ressalta-se a obrigatoriedade de a Contratada manter a equipe técnica apresentada ao Contratante, sendo somente admitida a substituição de profissionais mediante expressa autorização do mesmo.



3.1.9 - A sede do TRF da 2ª Região será o local para realização de todas as reuniões envolvendo os trabalhos desenvolvidos.

3.1.10 - Deverão ser observadas as orientações constantes do Manual de Obras Públicas - Edificações - PROJETO, das Práticas SEAP - Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, acessível no sítio “Comprasnet” - Portal de Compras do Governo Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.2 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

3.2.1 - O prazo de execução dos serviços é de ____ (_____) dias *[no máximo 180 (cento e oitenta) dias, conforme Proposta]*, contado a partir da data de assinatura do Contrato.

3.2.2 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:

4.1 - DA CONTRATADA:

4.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual;

4.1.2 - Designar, **antes do início dos serviços**, preposto para supervisão dos serviços contratados, sendo este o elo entre a Contratada e o Contratante, devendo possuir poderes para solucionar problemas e obrigações oriundos da relação contratual;

4.1.3 - Tomar ciência da situação atual do edifício que será reformado, da extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da confecção dos projetos e fazer os levantamentos necessários “in loco” para desenvolvimento dos serviços;

4.1.4 - **Antes do início dos serviços**, a Contratada deverá apresentar ainda a Certidões de Acervo Técnico dos demais profissionais de projeto, para fins de comprovação de sua habilitação técnica, substituindo prontamente aqueles profissionais não considerados aptos pela fiscalização;

4.1.5 - Arcar com todas as despesas decorrentes de salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, taxas, impostos, emolumentos e multas decorrentes dos serviços contratados, referentes ao período de sua execução;

4.1.6 - Arcar com todos os eventuais custos com viagens (passagens aéreas, diárias de hotel, transporte, alimentação, etc.), plotagens, impressões, aprovações, anotação de responsabilidade técnica, revisões de projetos e qualquer outro custo que envolva elaboração dos serviços;



4.1.7 - Utilizar mão de obra qualificada e suficiente para execução do objeto, observando sempre as normas técnicas da ABNT vigentes e resoluções do CAU e/ou CREA;

4.1.8 - Ressarcir o Contratante de quaisquer prejuízos comprovadamente decorrentes de ação ou omissão sua;

4.1.9 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

4.1.10 - Proceder aos Registros ou Anotações de Responsabilidade Técnica (RRTs/ARTs) junto ao CAU e/ou CREA, antes do início dos serviços, bem como sua baixa ao término dos serviços, na forma prevista na legislação vigente;

4.1.11 - Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução dos serviços;

4.1.12 - Executar, sem ônus adicional para o Contratante, todo e qualquer serviço necessário à completa execução do objeto da contratação, mesmo quando o projeto básico e/ou as especificações fornecidas apresentarem dúvidas ou omissões. Não se admitirá, da Contratada, senão antes da assinatura deste Contrato, quaisquer alegações de desconhecimento sobre o objeto do Contrato;

4.1.13 - Efetuar, em caso de identificação de falhas ou insuficiência de dados nos projetos, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, as correções e/ou complementações necessárias, mesmo durante a execução das obras;

4.1.14 - Ceder ao Contratante os direitos patrimoniais dos projetos contratados, conforme Art. 111 da Lei 8.666 de 1993.

4.1.15 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012;

4.1.16 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.16.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocados na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo XX da Concorrência nº 001/2017.

4.1.17 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação do artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.17.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo XXI do Edital de Concorrência nº 001/2017

4.1.17.2 – O prazo para apresentação da certidão mencionada no subitem anterior é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.



4.1.18 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça;

4.1.18.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração, conforme modelo constante do Anexo XXII do Edital da Concorrência nº 001/2017, a qual deverá ser entregue **antes do início dos serviços objeto deste Contrato**.

4.1.19 – É vedada a subcontratação total dos serviços;

4.1.19.1 - Sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, a Contratada poderá, durante a execução do Contrato, subcontratar parte dos serviços até o limite de 49% (*quarenta e nove por cento*) do valor global do Contrato;

4.1.19.2 – Em caso de subcontratação, a Contratada deverá apresentar declaração da empresa a ser subcontratada, de que irá realizar os serviços, exigindo-se, ainda, que as mesmas sejam formalmente apresentadas à fiscalização do Contrato;

4.1.19.3 - As empresas subcontratadas deverão comprovar ter as qualificações técnicas necessárias para a execução dos serviços subcontratados;

4.1.19.4 - Cabe ao Contratante avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços subcontratados, bem como verificar os demais requisitos de habilitação eventualmente aplicáveis, dentre eles a regularidade fiscal e trabalhista;

4.1.19.5 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

4.1.20 – A Contratada deverá obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos em lei;

4.1.21 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o Contratante, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, responderá sempre única e exclusivamente perante a repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem com assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados a Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.2 - DO CONTRATANTE:

4.2.1 - Fornecer os documentos constantes dos anexos;

4.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho dos serviços;



4.2.3 - Notificar formalmente a Contratada, quando da constatação de quaisquer problemas pertinentes ao bom andamento dos serviços, bem como da aplicação de eventuais multas;

4.2.4 - Efetuar os pagamentos à Contratada conforme previsto neste Contrato, após o cumprimento das formalidades legais;

4.2.5 - Emitir o aceite provisório e definitivo do objeto contratado, verificando a conformidade com as especificações, projetos e normas técnicas, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à Contratada.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

5.1 – DO PREÇO:

5.1.1 - O VALOR GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme Planilhas Orçamentárias Analítica e Sintética discriminadas nos Anexos I e II deste Contrato;

5.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à execução do objeto contratado.

5.1.2.1 - Nos preços mencionados no subitem anterior deverão ainda estar incluídos os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), relativos aos serviços contratados, em conformidade com o estabelecido no Anexo VI do Edital da Concorrência nº 001/2017;

5.1.2.2 - O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não serão repassados ao Contratante, não podendo, portanto, estar incluídos nos preços mencionados no subitem anterior.

5.1.3 - Os preços são fixos e irredutíveis;

5.1.4 – Código SIASG 20060.

5.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.2.1 - O pagamento será efetuado **através de medição e conclusão de cada etapa descrita no Anexo VII do Edital da Concorrência nº 001/20017 - Cronograma físico-financeiro, com base nos valores correspondentes a esses eventos**, por meio de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal discriminativo dos serviços, por ela apresentado, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do referido atesto, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislações e instruções normativas vigentes.



5.2.1.1 - O serviço "Coordenação de equipe multidisciplinar" constante do item 2.3 deste Contrato será pago de forma proporcional ao final de cada etapa.

5.2.2 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/03 e a legislação municipal aplicável.

5.2.3 – Os documentos fiscais deverão ser entregues na Coordenadoria de Compras do Contratante, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46, 12º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, em 02 (*duas*) vias, devendo também ser enviados eletronicamente ao e-mail codcom@trf2.jus.br.

5.2.4 - Para fins do disposto no subitem 5.2.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da Ordem Bancária.

5.2.5 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições, deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.2.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.2.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.2.7.1 - O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento das condições de habilitação estabelecidas neste Contrato. Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, a Contratada deverá regularizar a sua situação, no prazo de até 05 (*cinco*) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato e rescisão contratual.

5.2.8 - O Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços executados, os equipamentos ou os materiais fornecidos não estiverem em perfeitas condições de funcionamento ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

5.3 – DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO:

5.3.1 – O cronograma físico-financeiro relativo aos serviços contratado encontra-se detalhado no Anexo II deste Contrato.



6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.122.0569.14YQ.3341	4.4.90.51.80 (estudos e projetos)	085.383	

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores do Contratante, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do Contrato e da aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor total da contratação, a Contratada que:

- 7.1.1 - apresentar documentação falsa;
- 7.1.2 - fraudar a execução do Contrato;
- 7.1.3 - comportar-se de modo inidôneo;
- 7.1.4 - cometer fraude fiscal;
- 7.1.5 - fizer declaração falsa;
- 7.1.6 - não assinar o Contrato no prazo estabelecido;
- 7.1.7 - não manter a proposta.

7.2 - Para os fins do subitem 7.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

7.3 -. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, falhas na execução do Contrato, inexecução parcial ou total do objeto, garantida a ampla defesa, a Contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens 7.4, 7.5 e 7.6 desta Cláusula e nas Tabelas 01 e 02, discriminadas na Cláusula Décima Quarta deste Contrato, com as seguintes penalidades:

- 7.3.1 - advertência;
- 7.3.2 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Contratante, por prazo não superior a 02 (*dois*) anos;
- 7.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;



7.3.4 - impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos.

7.4 - No caso de inexecução parcial do objeto, a Contratada fica sujeita à aplicação de multa de até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.

7.5 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (*trinta por cento*) do valor do Contrato.

7.6 - Configurar-se-á o retardamento da execução quando a Contratada:

7.6.1 - deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do Contrato após 07 (*sete*) dias contados da data da ordem de serviço;

7.6.2 - deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no Contrato por 03 (*três*) dias seguidos ou por 10 (*dez*) dias intercalados.

7.7 - No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 7.6.1 e 7.6.2, a Contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% (*cinco por cento*) do valor do Contrato.

7.8 - A falha na execução do Contrato estará configurada quando a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 02 constante da Cláusula Décima Quarta, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 01 da citada Cláusula.

7.9 - O valor da multa poderá ser descontado dos documentos fiscais devidos à Contratada.

7.9.1 - Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual;

7.9.2 - Se os valores dos documentos fiscais e da garantia forem insuficientes, fica a Contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação formal do Contratante;

7.9.3 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela Contratada ao Contratante, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

7.9.4 - Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (*dez*) dias úteis contado da solicitação do Contratante.

7.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem a disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

7.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

7.12 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



8 - CLÁUSULA OITAVA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1 – Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, modificada pela Lei nº 8.883/94, os serviços objeto do presente Contrato serão recebidos mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte maneira:

8.1.1 – **Provisoriamente** – Por Comissão, designada pelo Contratante, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, contados da comunicação escrita da conclusão dos serviços por parte da Contratada, desde que inexistam pendências a serem solucionadas pela Contratada, e após a entrega de todos os projetos e serviços em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Concorrência nº 001/2017. Durante o período de observação subsequente, a Contratada deverá retificar eventuais falhas identificadas pela fiscalização;

8.1.2 - **Definitivamente** – Por Comissão, designada pelo Contratante, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes e, depois de concluída a vistoria e/ou depois de sanadas todas as falhas apontadas pela fiscalização, salvo motivo justificado, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais e conseqüente aceitação:

8.1.2.1 - A aceitação definitiva não implicará em prejuízo da responsabilidade da contratada em sanar outras falhas ou insuficiência de dados nos projetos que venham a ser identificadas por ocasião da execução das obras.

8.2 – Os Termos de Recebimento serão emitidos pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, a qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

8.3 – Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais e/ou serviços foram entregues e/ou prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

8.4 – A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os serviços e/ou materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços contratados.

9 - CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.



9.2 - O Contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

9.2.1 - A rescisão mencionada no item anterior se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital da Concorrência nº 001/2017 e seus Anexos I a XXII;
- b) Proposta datada de __/__/2017 (TRF2-CAP-2017/____), apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços e materiais a serem executados/fornecidos juntada às fls. __/__ do processo;
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA (TRF2-CAP-2017/____), se houver, fornecido pelo **Núcleo de Projetos e Fiscalização de Obras – NUPRO**, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. ____;
- d) **Planilha Orçamentária apresentada pela Contratada (TRF2-CAP-2017/____ - fls. ____/____).**

10.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

11.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada a Contratante no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contado da data de entrega da vi assinada do Contrato.

11.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.2.1 - Prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

11.2.2 - Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à Contratada, conforme previsto na Cláusula Décima deste Contrato;

11.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;



11.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela Contratada.

11.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no subitem 11.1.1 desta Cláusula, ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (*sete centésimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (*dois por cento*).

11.4 - O atraso superior a 25 (*vinte e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor global do Contrato, a título de garantia.

11.4.1 - O bloqueio efetuado com base no item 11.4 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

11.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 11.4 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia;

11.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

11.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.6 - Será considerada extinta a garantia:

11.6.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante Termo Circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

11.6.2 - Com a extinção do Contrato.

11.7 - Isenção de responsabilidade da garantia:

11.7.1 - O Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

11.7.1.1 - Caso fortuito ou força maior;

11.7.1.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo Contratante;

11.7.1.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

11.7.1.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do Contratante.

11.7.2. Caberá ao Contratante apurar a isenção da responsabilidade prevista no subitem 11.7.1.3 e 11.7.1.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo Contratante.

11.8 – A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO:

12.1 - A fiscalização do Contrato será exercida por **Comissão designada pelo** Contratante, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços e projetos nos moldes da NBR 5671/1991, podendo, entre outras coisas:

a) Solicitar da Contratada a substituição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, de qualquer profissional que embarace a sua fiscalização;

b) Rejeitar serviços defeituosos ou que não satisfaçam os requisitos contratados, obrigando-se o Contratado a realizar as correções, sem ônus para o Contratante e sem alteração do cronograma;

c) Sustar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica, sem que este tenha direito a qualquer indenização;

d) Solicitar projetos, cópias de documentos, etc., relativos aos serviços;

e) Atestar o recebimento do objeto verificando se os serviços foram executados de acordo com o Contrato, conforme especificações apresentadas.

12.2 - A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização não eximirá o Contratado de sua responsabilidade pela execução dos serviços contratados.

12.3 - Os representantes da Fiscalização reportar-se-ão direta e exclusivamente ao Responsável Técnico da Contratada ou seu preposto, nomeado por essa através de comunicação formal ao Contratante **antes do início dos serviços**.

12.4 - Os representantes da Fiscalização e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso a todos os documentos, projetos e materiais que façam parte dos serviços contratados.

12.5 - A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam projetistas, técnicos ou outros profissionais.

12.6 - A comunicação e/ou registro de ocorrências entre a Contratada e a Fiscalização poderá ser formalizada em reuniões previamente agendadas, com lavratura de ata, ou por ofício ou carta numerada, ou por meio de mensagens eletrônicas (*e-mail*) entre endereços eletrônicos oficiais da Contratada e do NUPRO/SIE do Contratante.

12.7 - Para assegurar o cumprimento das especificações do objeto, serão realizadas, no mínimo seis e, no máximo, doze reuniões entre a Fiscalização e a Contratada. Em todas as reuniões a Fiscalização irá secretariar a reunião e expedir, para todos os envolvidos, atrelando os assuntos tratados e as decisões tomadas. Deverão estar presentes Coordenador-Geral de projeto e sempre que possível os responsáveis técnicos de cada especialidade. Todos os custos referentes a deslocamentos, hospedagem, diárias, alimentação e outros necessários à participação dos profissionais nas reuniões serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.



12.8 - Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias para atender a questões urgentes administrativas e/ou de projeto, sem ônus para o Contratante.

12.9 - **Antes do início dos serviços**, será realizada uma primeira reunião para definição das diretrizes das atividades e do cronograma para realização dos serviços quando serão entregues todos os layouts finais, inclusive o anteprojeto da fachada no nível do térreo, devidamente aprovados, para início dos serviços. O referido cronograma deverá passar por aprovação por parte da Fiscalização e sua versão final será parte integrante do termo contratual.

12.10 - O prazo para reuniões com a Fiscalização do Contrato, sejam presenciais ou por videoconferência, programadas ou solicitadas pela Contratada ou pela Administração, integra os prazos de elaboração de projetos previstos neste Contrato.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente Contrato inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura, estendendo-se até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, previsto no subitem 8.1.2 da Cláusula Oitava.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ACORDO DO NÍVEL DE SERVIÇOS:

14.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Acordo do Nível de Serviços - ANS, que define objetivamente os níveis esperados de qualidade em sua prestação e as respectivas adequações de pagamento.

14.2 - O não atendimento do ANS e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato.

14.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades objeto deste Contrato.

14.4 - A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do ANS obedecerá às Tabelas 01 e 02, a seguir discriminadas:

TABELA 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2,0% sobre o valor prestado na etapa do serviço
2	3,5% sobre o valor prestado na etapa do serviço
3	4,0% sobre o valor prestado na etapa do serviço

TABELA 02		
CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAL
1	Não cumprimento dos prazos estipulados no cronograma físico-financeiro sem explicar os motivos.	3



TABELA 02		
CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
2	Não atender às convocações para reuniões previstas contratualmente sem justificativa prévia.	2
3	Executar as etapas em desacordo com as especificações, normas técnicas vigentes ou de forma incompleta.	3
4	Não executar os levantamentos necessários "in loco " para desenvolvimento dos serviços identificando as dificuldades existentes.	1
5	Não efetuar as correções necessárias quando identificadas falhas ou insuficiência de dados nos projetos.	2

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

15.1- Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

15.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

17.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

17.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites a estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98

17.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Dom Gerardo, nº 46 – 12º andar, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.



17.5 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas, previstas nas Cláusulas Sétima e Décima Quarta do Contrato, dos valores devidos pelos serviços prestados.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2017.

DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRÉ FONTES
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ANEXO I
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANALÍTICA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	ESTUDOS PRELIMINARES				
1.1	Estudo dos condicionantes legais vigentes	unid	1,00		
	Estudo dos condicionantes legais vigentes	unid	1,00		
1.2	Estudo da legislação das concessionárias públicas locais	unid	1,00		
	Estudo da legislação das concessionárias públicas locais	unid	1,00		
1.3	Relatório sobre os materiais a serem utilizados na obra com custos comparativos e benefícios	unid	1,00		
	Relatório sobre os materiais a serem utilizados na obra com custos comparativos e benefícios	unid	1,00		
1.4	Relatório de viabilidade do investimento	unid	1,00		
	Relatório de viabilidade do investimento	unid	1,00		
1.5	Laudo Técnico de Acessibilidade	unid	1,00		
	até 500 m²	unid	1,00		
	500,01 até 2000 m²	m²	2.000,00		
	200,01 até 5000 m²	m²	5.000,00		
	> 5000 m²	m²	21.083,12		
2	ANTEPROJETO				
2.1	Sinalização visual	unid	1,00		
	Sinalização visual	unid	1,00		
2.2	Hidráulica	unid	1,00		
	Hidráulica	unid	1,00		
2.3	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
2.4	Águas pluviais	unid	1,00		
	Águas pluviais	unid	1,00		
2.5	étricas - Normal	unid	1,00		

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	Instalações elétricas - Normal	unid	1,00		
2.6	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
2.7	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
2.8	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
2.9	Sonorização	unid	1,00		
	Sonorização	unid	1,00		
2.10	Detecção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
	Detecção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
2.11	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
2.12	Ar Condicionado	unid	1,00		
	Ar Condicionado	unid	1,00		
2.13	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		
	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		
2.14	SPDA	unid	1,00		
	SPDA	unid	1,00		
2.15	Impermeabilização	unid	1,00		
	Impermeabilização	unid	1,00		
2.16	Adequação de Acessibilidade	unid	1,00		
	Adequação para Acessibilidade de edificações existentes	m²	28.583,12		
2.17	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
3	SICO				

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
3.1	Arquitetura	unid	1,00		
	Arquitetura	unid	1,00		
3.2	Sinalização visual	unid	1,00		
	Sinalização visual	unid	1,00		
3.3	Hidráulica	unid	1,00		
	Hidráulica	unid	1,00		
3.4	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
3.5	Águas pluviais	unid	1,00		
	Águas pluviais	unid	1,00		
3.6	Instalações elétricas - Normal	unid	1,00		
	Instalações elétricas - Normal	unid	1,00		
3.7	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
3.8	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
3.9	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
3.10	Sonorização	unid	1,00		
	Sonorização	unid	1,00		
3.11	Deteção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
	Deteção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
3.12	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
3.13	Ar Condicionado	unid	1,00		
	Ar Condicionado	unid	1,00		
3.14	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		
3.15	SPDA	unid	1,00		
	SPDA	unid	1,00		
3.16	Impermeabilização	unid	1,00		
	Impermeabilização	unid	1,00		
3.17	Adequação de Acessibilidade	unid	1,00		
	Adequação para Acessibilidade de edificações existentes	m²	28.583,12		
3.18	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
3.19	Composição dos custos unitários de todos os serviços em nível de Projeto Básico	unid	1,00		
	Composição dos custos unitários de todos os serviços em nível de Projeto Básico	unid	1,00		
3.20	Orçamento da obra em nível de Projeto Básico	unid	1,00		
	Orçamento da obra em nível de Projeto Básico	unid	1,00		
3.21	Caderno de encargos e especificações técnicas de todos os projetos em nível de projeto Básico	unid	1,00		
	Caderno de encargos e especificações técnicas de todos os projetos em nível de projeto Básico	unid	1,00		
3.22	Memorial de cálculo dos projetos climatização , hidro-sanitários , combate à incêndio e elétrico	unid	1,00		
	Memorial de cálculo dos projetos climatização , hidro-sanitários , combate à incêndio e elétrico	unid	1,00		
3.23	Maquete eletrônica preliminar	unid	1,00		
	Maquete eletrônica preliminar	unid	1,00		
4	PROJETO EXECUTIVO				
4.1	Arquitetura	unid	1,00		
	Arquitetura	unid	1,00		
4.2	Sinalização visual	unid	1,00		
	Sinalização visual	unid	1,00		
4.3	Hidráulica	unid	1,00		

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
	Hidráulica	unid	1,00		
4.4	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
	Esgoto Sanitário	unid	1,00		
4.5	Águas pluviais	unid	1,00		
	Águas pluviais	unid	1,00		
4.6	Instalações elétricas - Normal	unid	1,00		
	Instalações elétricas - Normal	unid	1,00		
4.7	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
	Instalações elétricas - Estabilizada	unid	1,00		
4.8	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
	Rede Lógica - Sistema de Cabeamento Estruturado	unid	1,00		
4.9	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
	CFTV e Controle de Acesso	unid	1,00		
4.10	Sonorização	unid	1,00		
	Sonorização	unid	1,00		
4.11	Deteção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
	Deteção e Alarme Contra Incêndio	unid	1,00		
4.12	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
	Prevenção e Combate a Incêndio	unid	1,00		
4.13	Ar Condicionado	unid	1,00		
	Ar Condicionado	unid	1,00		
4.14	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		
	Supervisão Comando e Controle de Edificações (ar condic., CFTV , luz , alarme de incêndio)	unid	1,00		
4.15	SPDA	unid	1,00		
	SPDA	unid	1,00		
4.16	Impermeabilização	unid	1,00		
	ação	unid	1,00		

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
4.17	Adequação de Acessibilidade	unid	1,00		
	Adequação para Acessibilidade de Edificações existentes	m²	28.583,12		
4.18	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
	Pranchas de desenho - relação de projetos / número de pranchas / CD / escalas / carimbo	unid	1,00		
4.19	Composição dos custos unitários de todos os serviços em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
	Composição dos custos unitários de todos os serviços em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
4.20	Orçamento da obra em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
	Orçamento da obra em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
4.21	Caderno de encargos e especificações técnicas de todos os projetos em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
	Caderno de encargos e especificações técnicas de todos os projetos em nível de Projeto Executivo	unid	1,00		
4.22	Pert-CPM (Digrama de precedência, EAP , prazo ótimo , cronograma)	unid	1,00		
	Pert-CPM (Digrama de precedência, EAP , prazo ótimo , cronograma)	unid	1,00		
4.23	Relação das cotações de preços que não tem no SINAPI	unid	1,00		
	Relação das cotações de preços que não tem no SINAPI	unid	1,00		
4.24	Relação dos preços paradigmas que não tem no SINAPI	unid	1,00		
	Relação dos preços paradigmas que não tem no SINAPI	unid	1,00		
4.25	Maquete eletrônica final	unid	1,00		
	Maquete eletrônica final	unid	1,00		
5	ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO				
5.1	ART ou RRT de todos os projetos (arquitetura e complementares)	unid	1,00		
	ART ou RRT de todos os projetos (arquitetura e complementares)	unid	1,00		
5.2	ART ou RRT da planilha orçamentária , caderno de encargos e especificações técnicas	unid	1,00		
	ART ou RRT da planilha orçamentária , caderno de encargos e especificações técnicas	unid	1,00		
6	COORDENAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR				

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	COEF.	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
6.1	Arquiteto Senior	mês	6		
	Arquiteto Senior	mês	6		
VALOR TOTAL					
BDI 27,4883 %					
VALOR TOTAL COM BDI					

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei nº 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI (R\$)	BDI 27,4883 % (R\$)	PREÇO TOTAL DA ETAPA (R\$)	PERCENTUAL (%)
1	ESTUDOS PRELIMINARES				
2	ANTEPROJETO				
3	PROJETO BÁSICO				
4	PROJETO EXECUTIVO				
5	ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO				
6	COORDENAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR				
VALOR GLOBAL DO CONTRATO					

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Concorrência nº 001/2017 – fundamentada na alínea "c" do inciso I do artigo 23 da Lei n.º 8.666/93

Proc. TRF2-EOF-2017/00321

ANEXO III
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO								
ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (R\$)	%	1ª ETAPA EM DIAS	2ª ETAPA EM DIAS	3ª ETAPA EM DIAS	4ª ETAPA EM DIAS	5ª ETAPA EM DIAS
1	ESTUDOS PRELIMINARES		2,12	30,00				
2	ANTEPROJETO		5,27		20,00			
3	PROJETO BÁSICO		50,51			80,00		
4	PROJETO EXECUTIVO		32,22				40,00	
5	ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO		0,78					10,00
6	COORDENAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR		9,10	30,00	20,00	80,00	40,00	10,00
			100,00					
VALOR DA ETAPA (R\$)								
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO (%)				3,32	6,33	54,78	34,40	1,17
VALOR ACUM. DAS ETAPAS (R\$)								
PRAZO DE EXECUÇÃO ACUM (DIAS CORRIDOS)				30,00	50,00	130,00	170,00	180,00

Contrato nº



Assinado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1991393-6553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2CAP201722351